

Entrevista Joel Sá

PSD

Braga

Economia /Desporto / Suplente Agricultura

XII legislatura, 2015-

Parlamento, 04/01/2018

<https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=2117>

Como é o contacto entre deputados e cidadãos? Quais são os instrumentos utilizados?

No meu caso são várias formas, tenho a segunda-feira para contacto com os deputados e tenho isso divulgado no meu concelho através de redes sociais, através do meu partido, tenho esse dia disponível para receber contactos da população que tenha dúvidas relativamente a algum assunto. E tenho alguns cidadãos que pedem para eu os receber para poder ajudar em alguma situação. Depois, temos muitos convites para, enquanto deputados, irmos a várias instituições e organizações, acabamos por ter um contacto daí, porque aproveitamos esses momentos para ter uma conversa com os dirigentes dessas associações. E eu próprio tenho um programa que tento agendar todas as segundas-feiras visitas a instituições, acabei agora no final do ano passado a visita a todas as IPSS do meu concelho, são muitas, para conhecer a realidade das IPSS do meu concelho. E agora vou fazer um périplo pelas empresas. Defino sempre áreas onde peço para fazer visitas e é dessa forma que eu vou ao encontro da informação nas mais variadas áreas. Eu, pessoalmente. Nós enquanto deputados do distrito de vez em quando também nos organizamos e fazemos visitas ao distrito. Mas eu próprio, vejo os temas, vejo áreas que quero conhecer melhor e através da minha secretária aqui marco visitas às instituições. Depois como lhe disse tenho esse dia, tenho as instituições que convidam para participar em dias comemorativos (...)

Ligado ao distrito, certo?

Ao meu concelho, eu estou mais ligado ao meu concelho, nós somos um distrito grande e quase todos os concelhos têm deputado. Portanto estamos mais ou menos focados cada um ao seu concelho. Não quer dizer que de vez em quando não façamos atividades ao nível distrital. No próximo domingo tenho o aniversário dos bombeiros voluntários de Barcelos e passo quase o dia todo com eles, tenho isto em permanência, muito contacto, acabo por ser convidado quase todos os fins de semana para ir a uma coisa ou outra e portanto o que mais privilegio, tentar dizer que sim a praticamente tudo, a não ser que coincida, porque é a forma de estando próximo acabo por conhecer a realidade das instituições, das empresas, das populações, para poder quando aqui se está a debater algum assunto ter um conhecimento mais do terreno e não de... costuma-se dizer às vezes que os deputados estão em Lisboa, nos gabinetes, que conhecem pouco a realidade, eu tento fazer o contrário, estar muito em permanência com a realidade para ter uma perspetiva diferente.

Em que se traduzem estes contactos? (Qual é a importância que os deputados atribuem a estes contactos? Em particular, quais são as funções principais destes contactos (exemplo: conhecer problemas locais, preparar iniciativas legislativas, etc.)

Traduz-se em primeiro lugar em conhecer a realidade de uma forma mais profunda. Quando

algum desses assuntos, se tiver algum assunto aqui a ser discutido, se tiver esses contactos procuro obter mais informação para quando o assunto chegar eu já estar mais bem preparado. Ou até outros colegas das outras comissões, consigo dar-lhes alguma informação. Tento estar mais bem preparado e ser mais conhecedor das mais variadas realidades. Quando há um assunto que tenho que falar aproveito sempre esses contactos para obter alguma informação mais objetiva, voltar a ver as pessoas, para ir sempre mais próximo daquilo que é a realidade. Porque nem sempre aquilo que achamos acontece no dia a dia. Portanto tento ter sempre esse contacto muito próximo. Foi uma coisa que me predispus no início, em campanha eleitoral disse que queria ser um deputado muito próximo das pessoas e faço esse esforço para ser.

O contacto é frequente apenas nas campanhas ou acontece de forma regular ao longo da legislatura?

No meu caso não, porque eu continuo a fazer todas as semanas visitas, isso não acontece com todos os colegas é verdade. Embora na campanha eleitoral nós temos aquele período, o mês em que visitamos instituições todas, mas muito a correr, eu agora com calma as instituições que visitei em campanha eleitoral já as visitei todas a seguir, com mais calma, sem ser com o objetivo da campanha eleitoral, e como disse obter informação para depois aqui, de uma forma ou de outra, poder ajudar ou transmitir a quem de direito e se o assunto estiver nas minhas mãos eu próprio ser mais conhecedor.

Que papel têm as novas tecnologias no contacto com os eleitores, nomeadamente fora do período de campanha eleitoral?

As redes sociais ajudam-nos muitas vezes a despertar para alguns assuntos que nós nem sempre estávamos despertos, há determinados temas que nós às vezes achávamos até que estava a correr bem e aquilo desperta. “Há aqui um tema que nunca me lembrei”. E às vezes vamos procurar esse tema. Vou visitar uma instituição que estava mais no fim da lista e vejo que aquele tema é mais premente. Ajuda-nos nesse sentido a alertar-nos para determinadas situações que nós não estamos tao despertos.

E no contacto com os cidadãos?

As redes sociais permitem é que muita gente nos contacte ou nos peça opinião, acontece com pessoas que são trabalhadores, têm dúvidas em questões laborais nas empresas, no concelho, que perguntam através das redes sociais isto pode ser, a empresa está a fazer isto. Também através daí acabo por esclarecer algumas dúvidas de algumas pessoas que me abordam através das redes sociais. Porque é mais fácil. Chegamos a mais gente. Não são o contacto pessoal de nos sentarmos numa reunião, mas por aí as redes sociais hoje facilitam muito.

Portanto, os contactos partem tanto da iniciativa dos cidadãos, como do deputado? (Quem inicia o contacto, é o deputado ou os cidadãos/grupos de cidadãos?)

Eu no meu caso em concreto faço com que o meu dia, no dia destinado ao contacto, tenha sempre agenda. Com a minha secretária, marcamos sempre, tenho elencado uma lista de coisas, até agora tinha uma lista de IPSS, portanto vá marcando IPSS, eu tenho que ter visitas.

Eu estou a falar do meu caso em concreto. Isso varia. Há deputados que têm pouco, outros não têm nenhuma.

É a sua primeira legislatura, portanto não lhe posso perguntar se o contacto tem aumentado.

Sim, é, embora tenho estado em contacto muito próxima, uma boa parte dos deputados eu já os conhecia, são pessoas minhas conhecidas, como estou ligado ao partido desde a JSD já há muitos anos, conheço as pessoas e conhecia mais ou menos como é que as coisas funcionavam. O que eu acho é que através das redes sociais o deputado torna-se mais próximo e há um maior

contacto. Porque nós temos mais exposição. Fazemos uma iniciativa, uma intervenção no plenário e partilhamos as nossas intervenções, isso faz com que as pessoas venham, até fazem comentários ou perguntam. As redes sociais vieram ajudar os políticos, os deputados, a estarem mais próximo das pessoas e partilhar informação com mais premência. As pessoas dão a sua opinião, contrária, divergem, concordam, discordam, mas dizem e acabam por ter essa oportunidade, que acho que há uns anos atrás não tinham. Daquilo que conheço acho que o trabalho hoje acaba por ser mais próximo e mais fácil de fazer.

Considerando o seu grupo parlamentar e a sua experiência, quais são as associações ou grupos de interesses com que o grupo parlamentar mantém mais relações?

Da minha experiência é: nos assuntos que eu trato, essencialmente, até na comissão de economia, por exemplo, na discussão da proposta de lei que fizemos sobre alteração da lei por causa dos arquitetos relativamente a licenciados em cinco universidades portuguesas poderem assinar os projetos, nós fizemos uma alteração legislativa e temos recebido muitas vezes a ordem dos engenheiros a ordem dos arquitetos, a favor, contra, pressionam-nos muito nessa questão e acaba por depois de haver alguma relação de contacto de alguma proximidade. E eu tenho a parte da defesa dos consumidores comigo, as associações de consumidores, começa-se a ter aqui alguma relação, muito pelos assuntos que vamos trabalhando, depois as pessoas aparecem-nos, os chamados grupos de interesse, a tentar influenciar e nós aí temos que ser muito firmes relativamente aquilo que nós achamos e acreditamos. Às vezes podemos melhorar algumas situações, agora ter um contacto privilegiado... não estou a ver nenhum a ter maior preponderância. Em função do tema que está a ser debatido as pessoas abordam-nos.

E de quem parte a iniciativa?

(Que tipo de modalidades e instrumentos são utilizados para manter estas relações? Com que frequência?)

Numa primeira fase, os grupos de interesse abordam-nos aqui, por ocasião do orçamento de Estado, durante o ano, temos recebido associação dos refrigerantes, por causa do imposto sobre o açúcar, temos vindo a receber várias vezes, muito por iniciativa deles. É nossa iniciativa quando nós estamos a preparar uma proposta uma iniciativa legislativa e aí queremos ouvir contributos de um lado e de outro e às vezes somos nós que chamamos, ajudem-nos aqui, o vosso ponto de vista, e nós depois filtramos. É importante termos o ponto de vista de cada um deles, aconteceu-me numa proposta que eu estava a fazer muito focada e depois ao fazer, [estava] numa situação que acabaria por prejudicar as empresas sem ser essa a intenção. Estava a olhar só para o lado dos consumidores e acabava por prejudicar as empresas, portanto se calhar temos que equilibrar um lado e outro, por isso é que é importante ouvir sempre os dois, tentámos ser coerentes com os dois grupos.

E quais são os meios de contacto mais utilizados entre partidos e grupos? São meios mais formais ou informais?

Há sempre o registo. Entra um pedido na direção do grupo parlamentar para uma reunião, o grupo parlamentar despacha para o VP correspondente, que despacha para o coordenador que entrega aos deputados. eu como sou vice-coordenador da comissão da economia essa informação chega-me logo, há determinados assuntos que acompanho e é logo comigo, se for com outro colega que acompanha é destinado ao colega. Regra geral, mesmo que o contacto seja feito por telefone ou de forma informal é pedido sempre que mandem o pedido, até para ficar o registo. Pelo menos no meu caso foi feito praticamente sempre.

Não quer dizer que pontualmente não encontre pessoas e não fale com elas, mas quando há uma reunião fica sempre um registo. (...)

E além dessas reuniões, há outro tipo de modalidades de contactos, por exemplo, convites para participar em conferência, em reuniões do partido...?

Existe sempre duas coisas, a Ordem dos Engenheiros, dos arquitetos tem algumas festas anuais e convidam os deputados, eles aproveitam muitas vezes esse momento para trocar impressões conosco e para nos falar e defenderem aquilo que é o ponto de vista deles e aí não há uma marcação formal. Convidam para ir e nós vamos e é uma forma de contacto. Conhecemos a realidade deles e eles também nos ouvem. Acho importante irmos a essas iniciativas que é também uma forma de conhecer melhor as organizações. Agora em dezembro estivemos na confederação do comércio, na entrega dos prémios, no fim troca-se algumas impressões. Há esse tipo de contactos, às vezes fazem uma conferência e convidam deputados para estarem presentes, (...), há estas relações, os convites para aparecer nas coisas deles que acho perfeitamente normal porque convidam todos os partidos.

Como é feita a elaboração das listas eleitorais? Que critérios (formais e informais) são usados pelo partido para escolher os candidatos?

No caso do PSD, no meu distrito, (...) a nível distrital, é a distrital que tem sempre esse poder para fazer a lista, mas o que acaba por acontecer é que cada concelhia, cada concelho, reúne e escolhe o deputado que indica para a distrital, que é quem vai elaborar a ordem com que esses deputados vão. No caso do meu distrito, a distrital do partido definiu um critério que é a importância dos concelhos em termos eleitorais e a importância em termos de votos para o PSD, número de eleitores que o concelho tem e o número de votos que cada concelho tem dado nas últimas eleições ao PSD, e aí fazem a ordem da lista. Tirando o cabeça de lista e às vezes um ou dois que a Nacional impõe na lista, no caso de Braga, o cabeça de lista por acaso era do nosso distrito, e o número 2 o Dr. Fernando Negrão que é daqui da zona de Lisboa. Depois dentro de cada concelho, dentro da comissão política é feita uma análise a quem tem perfil, características para ser, quem tenha vontade de ser. No caso concreto do meu concelho, houve uma discussão dentro da comissão política, no meu caso em concreto eu disse que estava disponível para ser, até gostaria de fazer parte dessa experiência, foi feita uma discussão e foi indicado o meu nome, na legislatura anterior foi indicado outro nome, na altura eu não fazia parte da comissão política, foi indicado, a comissão política aprovou, foi indicada à distrital, depois vem e é aprovado pelo órgão nacional, que às vezes há algumas alterações na ordem da lista. No caso de Braga isso não aconteceu.

E há critérios formais ou informais para a escolha do candidato, por exemplo, notoriedade local, visibilidade mediática...

Claro é lógico que têm que existir, há um número de critérios que o conselho nacional do partido define. É lógico que temos que escolher uma pessoa que tenha alguma notoriedade no concelho, que seja credível a nível do concelho, que tenha experiência até fora do partido - estou a falar daquilo que foram os critérios no meu concelho - algo que seja considerado uma mais-valia eleitoral, também interessa que acrescente votos e não retire, e, neste caso até, que fossem pessoas novas, mais novas, que até nem tinham ainda exercido funções. No meu concelho foi mais ou menos isso. E como eu fui dirigente desportivo do Basquetebol Clube de Barcelos, fui sócio número um, fundador, estive muitos anos ligado, tive alguma exposição mediática pelo facto de ter criado o clube do zero e tê-lo deixado na liga profissional deu-me alguma exposição, também fui dirigente da JSD de Barcelos durante alguns anos, a minha parte profissional que estive em várias áreas onde deixei sempre uma imagem positiva, um conjunto de coisas que acabou por ajudar. E o facto também de fazer parte da comissão política do partido provavelmente ajudou, tenho consciência que se não fizesse parte do partido ou não estivesse na comissão política do partido dificilmente teria sido eu, teria sido outra pessoa.

O desempenho do deputado na legislatura anterior é um dos critérios tidos em conta na seleção dos candidatos? Quem faz essa avaliação e o que é valorizado?

De uma forma geral, no distrito, as pessoas que eram deputados foram reconduzidas, aquelas que manifestaram vontade, (nomes...), houve só dois ou três casos em que não foram, foi o caso do meu concelho, porque depois foi afastado da comissão política, depois acabou por ser mais ou menos natural ele não ser reconduzido, pela postura que ele teve de algum afastamento. Foi reconhecido que ele até fez um bom trabalho, embora nunca manifestou vontade em continuar, não disse que estaria disponível e afastou-se um bocado do partido.

Então é mais uma questão da vontade de continuar do deputado do que de uma avaliação feita pelo partido?

Aquilo que eu conheço em cada concelho, eles mostraram vontade em continuar, mas reconheceram[-lhes] trabalho e mérito para continuarem. Houve dois casos em que não reconduziram as pessoas e sei de um caso em que a pessoa queria, houve um caso, que é o de Celorico, que até foi Lisboa que depois de feita a avaliação do trabalho desempenhado aqui que disse não essa pessoa não reúne condições para voltar a ser. E foi chamada pelo líder parlamentar da altura. Porque não reunia em termos de trabalho aquilo que seria necessário para ser reconduzido.

Essa avaliação em termos de trabalho é uma avaliação da produção parlamentar de um ponto de vista mais quantitativo (número de perguntas, projetos de lei apresentados...)?

De uma forma séria e objetiva, isso vale alguma coisa, mas não é essencial. Não devia dizer isto, mas acaba por ser. O que é que na hora de avaliar acontece: é quem é dirigente na estrutura do partido tem boa ou má relação com a pessoa, é próxima, tem influência. Se a pessoa for influente naquele grupo acaba por ser.

Como é definida a distribuição dos deputados pelas comissões parlamentares? Quais são os critérios? Os deputados escolhem as comissões da sua preferência?

No meu caso em concreto foi. Quando aqui chegamos a direção do grupo parlamentar pedi para indicarmos por ordem de preferência três comissões que gostaríamos de fazer parte, eu estou nas três, e ainda estou numa quarta. Pedi que a minha primeira comissão fosse economia e foi. Que a segunda fosse a de poder local e ambiente, mas aí houve alterações e não fiquei nessa. Depois pedi para fazer parte da agricultura e mar, porque o meu concelho tem uma parte agrícola muito forte do sector leiteiro, e depois em conversa com o líder parlamentar, sugeri-me, houve alteração das comissões e o desporto passou para a XII comissão, não estava, e seria interessante, uma vez que eu tinha experiência nessa área, (...), seria importante eu estar nessa comissão e assim eu passo a integrar essa comissão essencialmente pelo desporto, com o objetivo de depois integrar o grupo de trabalho de desporto que ia ser criado, sou o representante do partido nessa área. Numa primeira fase não pedi, mas ainda bem que hoje faço parte. Depois acabei por ficar suplente na agricultura e mar e poder local, houve umas alterações e eu acabei por ficar com quatro, que não era o objetivo, o objetivo era 3, fiquei efetivo na economia que era o que queria, dentro da economia foi criado o grupo de trabalho da indústria, essencialmente numa primeira fase era mais ligado ao têxtil que é uma área que também acabo por ter alguma ligação, quis fazer parte desse grupo de trabalho da indústria, faço parte de dois grupos de trabalho, manifestei vontade e foi-me atribuído. Isso é mais ou menos conversado, não é imposto pela liderança do grupo parlamentar, tenta-se ir ao encontro, pelo menos foi o que eu senti e que aconteceu comigo. Foi ao encontro do que foi conversado e ajustou-se.

Dos instrumentos disponíveis (perguntas escritas ao Governo, projetos de lei, debates quinzenais, comissões...) qual o mais eficaz e o mais utilizado para influenciar a agenda política e mediática?

Isso depende muito dos temas. Eu acho que uma pergunta serve para nós demarcarmos uma posição relativamente a um determinado tema e até muitas vezes para depois termos um pretexto, pretexto não, para marcarmos a nossa posição para a comunicação social nos dar algum eco, se for questões do nosso concelho, do nosso distrito, temos obrigação de levantar esses temas, junto da população estarmos atentos ao tema, fazemos a questão ao governo e obrigamos a ter que responder, entretanto essa resposta nós vamos monitorizando. É lógico que aquilo que acaba por ter mais impacto tenha muito a ver com o tema. A comunicação social pega muito, se for um tema mediático, acabamos por ter a exposição. Um exemplo: já tive temas muito importantes em mãos, falo da revisão da lei das telecomunicações, teve a ver comigo, fui eu que fiz essa proposta legislativa, 80% daquilo que apresentei foi aprovado, quando foi a discussão dos nomes para a ANACOM que foram chumbados, fui o relator, foi proposta minha, isso teve algum impacto em termos de comunicação social escrita, em termos de televisiva não teve. Um assunto, a questão dos animais do circo, que para mim é menos importante, eu tive direito a uns segundos nos telejornais. Não é pela importância dos temas, há temas mais importantes que este, que dizem mais à vida das pessoas. E acabei por ter uns segundos no telejornal na televisão da minha intervenção a falar dos animais do circo que era menos importante do meu ponto de vista do que a alteração da lei das telecomunicações, que isso mexe com a vida de todos nós.

E a agenda política aqui dentro do parlamento e do partido, há algum instrumento mais utilizado e eficaz?

Nós, se é um tema que acho que é importante, nós falamos com o VP do GP, o VP vai falar com o líder parlamentar e se acharem que o tema é oportuno, é agendado na reunião da comissão, para depois do plenário, faz uma pergunta, faz uma proposta legislativa e em função disso o tema, tem mais ou menos impacto. Eu apresentei alguns projetos de lei, alguns projetos de resolução, e foi assim, tenho projetos de resolução, fui eu que propus, apresentei. O tema que eu acho que é importante, surgir, e é aprovado ou é um tema que é distribuído, como foi o caso das telecomunicações, perguntaram-se se queria ficar e aceitei e trabalhei e fiz a proposta.

Como funciona a preparação dos debates quinzenais com o Primeiro Ministro? Há uma discussão interna no partido sobre o conteúdo das perguntas a colocar?

São essencialmente feitos pelo líder parlamentar e pelo líder do partido. São eles que participam nesse debate, ou é um ou é o outro, e é essencialmente por eles. Podemos é nós achar que alguma coisa deve ser dita e podemos dizer ao líder do GP. No meu caso tenho uma relação pessoal já de muitos anos com o líder do GP. Depois, no do debate do OE, aí há algumas diretrizes em termos do VP do GP com os coordenadores, no meu caso sou coordenador, nós reunimos os deputados dessa comissão, analisámos quais são os assuntos que íamos colocar, debater, e decidimos entre nós os temas para cada um, sempre dentro daquilo que é a nossa organização política.

O conteúdo das perguntas é decidido pelo grupo parlamentar/partido ou pelo deputado a nível individual?

Depende, há assuntos que nós próprios achamos pertinente levantar uma determinada questão, propomos uma pergunta, e só temos que dar conhecimento ao coordenador e vice-coordenador. Olha pretendo fazer esta pergunta. Regra geral não há objeção nenhuma. E nós fazemos a pergunta. Pode haver é um assunto que nós, quando fazemos reunião do grupo,

decidimos: este assunto é importante, vamos fazer uma pergunta, quem é que está com o tema? prepara uma pergunta nesse sentido. E também há o inverso. Um exemplo: no final de dezembro recebi o sindicato dos operadores de bordo dos aviões, hospedeiras, falaram-me de um determinado tema, eu achei que dali devia fazer uma questão, falei, acho que devemos apresentar uma pergunta ao governo neste tema. Prepara a pergunta e avança. E isso resultou de uma reunião com o sindicato.

Portanto recebem contributos da sociedade civil para a elaboração das perguntas?

Os sindicatos pedem-nos ou representantes das empresas vêm cá e expõem um determinado tema nós achamos pertinente e pegamos no tema e transformamos em pergunta, ou pergunta por escrito ao governo, ou se estiver para breve uma vinda do ministro à comissão, questionamos oralmente o próprio ministro em comissão.

O tema é articulado com as propostas do programa eleitoral ou depende mais do momento político? Porquê?

É mais articulado com a atualidade política, é lógico que se nós tivermos no nosso programa acompanhamos determinados temas vou estar atento a isso e sempre que acho necessário faz-se uma pergunta, também tem a ver com aquilo que é a nossa orientação política, muitas vezes, isso é mais até no debate do OE ou na assembleia, sabemos aquilo que eram as nossas propostas eleitorais e somos coerentes com aquilo que apresentamos, temos sempre esse cuidado, mantemos a coerência. (...)

Os novos deputados têm maiores dificuldades em promover perguntas?

Não senti essa dificuldade, no meu caso em concreto, conheço talvez outros deputados que tiveram mais dificuldade, porque eu conhecia outros colegas, tinha essa a vontade que me facilitou, mas isso depende muito do trabalho de cada um, se formos mais empenhados, se aparecemos mais em reuniões, se estivermos mais disponíveis, acabamos por ter mais margem do que aqueles que só aparecem de vez em quando, é como tudo.

E sente que a dimensão do grupo parlamentar e o facto de estar na oposição influencia a quantidade de perguntas, requerimentos que são feitos?

Um grupo parlamentar maior divide as questões por mais deputados, acabamos por não fazer tantas. Se for um grupo mais pequeno, vejo o CDS ou o PCP, como são menos, acompanham muito mais temas, têm que fazer muito mais coisas cada um, nós (no PSD) é muito mais dividido, dividimos mais os temas. Se formos deputados do partido que é governo temos maior poder de influência nalgumas decisões, nalgumas alterações porque conhecemos diretamente o ministro ou secretários de estado e falamos diretamente e conseguimos influenciar mais. No caso de ser oposição não temos este contacto tão direto e, portanto, não conseguimos influenciar tanto.